

ANAIS DO I COLÓQUIO DO LAHES

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

Juiz de Fora, Industrialização: uma abordagem historiográfica. 1850 – 1930

Geraldo Henrique Barreto de Oliveira
Graduado em Estudos Sociais – CES/JF

Resumo: O presente trabalho possui, com um cunho historiográfico, o objetivo de apresentar aos leitores algumas interpretações históricas que se fizeram acerca do processo de industrialização da cidade de Juiz de Fora, no qual, tentaremos ainda, expressar algum entendimento sobre as obras utilizadas.

Palavras-chave: Industrialização - Juiz de Fora - abordagem historiográfica.

INTRODUÇÃO

Pretendemos com o presente trabalho, apresentar as principais interpretações que trataram do desenvolvimento industrial da cidade de Juiz de Fora. Esta abordagem possuirá cunho historiográfico, assim, não utilizaremos pesquisas em fontes primárias. O trabalho proposto, necessariamente deve envolver as principais teorias que explicam o desenvolvimento industrial no Brasil, isso em função dos vínculos ou especificidades que as interpretações regionais possam ter com relação às teorias de maior amplitude, assim também poderemos verificar se a região proporciona, como forma de interpretação do desenvolvimento industrial local, condições de se teorizar interpretações alternativas. Dessa forma será colocado de maneira sucinta no trabalho o que Suzigan apontou como as quatro principais teorias para explicar o processo de industrialização do país até o início do XX.

Em linhas gerais, W. Suzigan em **Indústria brasileira: origens e desenvolvimento** afirma que podemos identificar quatro principais teorias interpretativas para explicar o processo de industrialização do Brasil: 1) a teoria dos *choques adversos*; 2) a *industrialização liderada pela expansão das exportações*; 3) o *capitalismo tardio* e 4) a *Industrialização intencionalmente promovidas por políticas do governo*.¹

De forma geral, a teoria dos *choques adversos* afirma que a ocorrência de problemas no setor externo da economia – crise, guerras e etc. – suprimiam a capacidade de importação que, somada à manutenção da renda interna, abria espaços sugestivos para o desenvolvimento industrial.²

¹ SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. Nova ed., São Paulo: Ed. Unicamp, 2000, cap. I.

² Ver: FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. V parte, *Economia de transição para um sistema industrial*. 27. ed., São Paulo: Cia. Ed., Nacional; Publifolha, 2000 e TAVARES, M. da C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed., Campinas: Unicamp IE, 1998.

Tanto para C. Furtado e Tavares quanto para Suzigan, o desenvolvimento industrial até 1930, não pode ser vinculado à substituição de importações mediante a algum choque adverso, essa teoria só pode ser aplicada à crise do café (final da década de 20) e a Grande Depressão da década de 1930, que suprimiram a capacidade de importação, quando ao mesmo tempo foi mantida demanda interna pela garantia do nível de empregos no setor agroexportador em função da política de valorização do café pós-1930, Entretanto, autores como Roberto Simonsen encontraram diversificação considerável no setor industrial para o período da I Guerra Mundial vinculado ao fato das dificuldades representadas pelo ‘*choque adverso da I Guerra*’. Para Juiz de Fora, a título de exemplificação, Pires³ diz que o parque industrial da cidade conheceu, durante a I Guerra Mundial uma considerável diversificação em função da produção de insumos e bens de capital leves, que durante o conflito tiveram seus preços elevados ou sumiram do mercado.

A visão que aponta a *industrialização liderada pela expansão das exportações* estabelece uma relação direta entre o setor industrial e o desempenho agroexportador, dizendo que em momentos de expansão de exportações, os investimentos no setor secundário eram acentuados e, em momentos de crise no setor externo da economia os investimentos recuavam, assim, essa teoria vê um movimento linear entre os setores agroexportador e industrial da economia e não uma dicotomia entre as classes urbanas e rurais como a historiografia tradicional enxerga.

Essa visão possui dois principais trabalhos: o de W. Dean e R. Nicol.⁴ Este afirma que o desenvolvimento industrial brasileiro esteve atrelado ao setor exportador somente até 1930, quando daí em diante a indústria brasileira seria impulsionada pelas substituições das importações, mediante ao *choque adverso* da Grande Depressão, portanto uma visão que se encontra em concordância com Suzigan, Furtado e Tavares. Já W. Dean, afirma que a relação agroexportação/indústria avança para período posterior à década de 1930, dizendo que a crise do café e a Grande Depressão de trinta, ao atingirem o setor exportador da economia brasileira quase paralisaram a indústria paulista.⁵

A teoria do *capitalismo tardio*, considerando a condição periférica da economia brasileira e latino americana, defende que o crescimento industrial seria resultado do movimento de acumulação de capital do setor agroexportador. Em suma, essa teoria defende que o capital industrial era uma extensão do capital cafeeiro, que em momentos de intensa acumulação transbordaria para outros setores, porém, diferente da teoria da *industrialização liderada pela expansão das exportações*, esta não vê linearidade entre o

³ PIRES, A. *Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930*. (Tese de Doutoramento), São Paulo: USP, 2004, Cap. III.

⁴ NICOL, R. *A agricultura e a industrialização no Brasil (1850/1930)*. (Tese de Doutoramento), São Paulo: Dep. CSFL, USP, 1974., e DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. 2. ed., São Paulo: Difel, 1976.

⁵ Porém, Suzigan diz que essa idéia de Dean é inaceitável, pois ignora as modificações estruturais ocorridas na economia a partir de 30. Tais modificações podem ser apontadas pela inflexão do centro dinâmico da economia do meio rural para o centro urbano após a década de 30, onde a classe agroexportadora perde seu poder

avanço do capital cafeeiro e o industrial. Para essa visão, o capital industrial só pode ser considerado a partir da década de 1880, momento em que se deram as condições para a industrialização, como o grande movimento de imigração e com a abolição.⁶

Suzigan por sua vez, refuta a idéia defendida por Mello de que o capital industrial brasileiro tenha se iniciado a partir da década de 1880, afirmando que tal fator já havia ocorrido em período anterior, o autor em questão também não concorda com a não linearidade entre os capitais cafeeiro e industrial para período anterior à década de 1930.⁷

Temos ainda a visão da *industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo* que atribuem a industrialização brasileira, incluindo o período anterior à década de 1930 às políticas de governo. Essa visão diz que a política econômica para o desenvolvimento industrial no país estava pautada na política cambial de desvalorização da moeda, baixando os preços relativos dos produtos nacionais e, além disso, a indústria, nessa visão, teria sido também protegida, de forma intencional, pelas tarifas alfandegárias.⁸

Porém, Villela e Suzigan afirmam que o papel do Estado em período anterior à década de 1930 para o desenvolvimento industrial no Brasil não teve significado importante e, que a política cambial possuía o caráter de proteger e garantir o padrão da renda da classe agroexportadora e não de promover condições excepcionais à industrialização.⁹

Para a industrialização no período posterior a 1930, devemos considerar de fato a substituição de importações, as quais viam-se mais caras e de difícil acesso.¹⁰ S. Mendonça diz que a década de 30 é um momento de modificação acentuada para a acumulação de capital no país, quando o Estado demonstra-se na intenção de transformar o pólo urbano-industrial no centro dinâmico da economia do país. A autora afirma que os condicionantes para essa opção estão diretamente ligados à conjuntura internacional, com a crise do café e a Grande Depressão e a um fator político: a perda de hegemonia da oligarquia paulista.¹¹

representativo na órbita do poder político e a classe urbana passa a representar com maior intensidade seus interesses. SUZIGAN, W. Op. cit. Cap. I.

⁶ Cf. MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. 8. ed., São Paulo: Brasiliense, 1991, cap. II.

⁷ Para Suzigan, o movimento linear – paralelo – entre os capitais cafeeiro e industrial é nítido até a crise do café, sendo que em momentos de expansão da atividade exportadora assistimos os “surtos” de investimentos no setor industrial SUZIGAN, W. Op. cit. Cap. I.

⁸ VERSIANI, M. T. R. **Proteção tarifária e o crescimento industrial brasileiro dos anos 1906 – 1912**. (Texto para Discussão), Brasília: Dep. de economia UNB, 1981. Em nosso entendimento, o papel do Estado para o período anterior à 1930 foi de fato insignificante para a indústria nacional. A política cambial, de fato, possuía muito mais o intuito de proteger os cafeicultores, tendo em vista que estes refletiam seus interesses na política econômica do país. As baixas nas taxas cambiais não poderiam ser vistas como mecanismo de proteção para a indústria do país naquele período em função de sua grande dependência de importação de bens de capital e insumos, que mesmo quando não eram taxados na alfândega, tornavam-se caros com a queda do valor do milréis.

⁹ VILLELA, A. V. & SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889 – 1945**. 2. ed., Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

¹⁰ Cf. FURTADO, C. Op. cit., MENDONÇA, S. R. de. **Estado e economia: opções de desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. e TAVARES, M. da C. Op. cit.

¹¹ MENDONÇA, S. R. de. Op. cit. Cap. I. Cf. também; OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 6. ed., Petrópolis: Vozes, 1988, Cap. II. e III, FURTADO, C. Op. cit. A despeito do papel do Estado com relação ao desenvolvimento industrial posterior a 30, Mendonça afirma que mesmo sem possuir política declaradamente industrializante, as suas ações na política econômica ultrapassaram em muito a proteção da classe oligárquica. Pois mantendo os preços do café, o Estado possibilitou a manutenção da renda interna (empregos) o que garantiu a demanda. A política cambial possibilitou condições especiais para a indústria quando determinava a queda relativa dos preços dos produtos internos. Cf. MENDONÇA, S. R. de Op. cit., cap. I

Em suma, Sônia Mendonça, Wilson Suzigan, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares concordam com a idéia de que o desenvolvimento industrial no país pós-crise do café e Depressão de 1930 esteve estreitamente vinculado ao setor agroexportador. Para Francisco de Oliveira assim como para Tavares, cria-se a partir da crise do café e da Grande Depressão, um novo modelo de política econômica que representou as novas acomodações políticas e administrativas para o novo modelo de acumulação de capital.¹²

INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL: JUIZ DE FORA 1850 – 1930

Uma necessária apresentação histórica

Ao tratarmos de Juiz de Fora, podemos afirmar que a ocupação inicial da Mata Mineira, região onde está localizada, está intimamente ligada à natureza de expansão da fronteira agrícola do Brasil, num movimento de interiorização do café do Rio de Janeiro,¹³ que acaba por entrar pela província de Minas em uma proporção mais significativa em meados do século XIX.¹⁴

Assim, com a intensificação da cultura cafeeira, a partir da década de 1850, Juiz de Fora torna-se o entreposto comercial do café produzido na zona da Mata Mineira, o que seria mais um fator a auxiliar a acumulação de capital na nova cidade. Esta condição de entreposto deve ser vinculada inicialmente à abertura da Rodovia União e Indústria proporcionando facilidades no escoamento da produção do café para o Rio de Janeiro.¹⁵

Em seguida, o café vai financiar a criação das ferrovias, consolidando a posição de Juiz de Fora como entreposto. Em 1884, 2/3 da malha ferroviária da Província se localizava na Mata com interligações em Juiz de Fora, onde a cidade acumulava grande parte do capital regional tornando-se o centro urbano daquela região agroexportadora.¹⁶

Na condição de entreposto comercial, pode ser dito que a maior parte dos produtos importados e exportados por Minas passava por Juiz de Fora em função de seu sistema de transporte rápido e eficiente, permitindo que na cidade se desenvolvessem características típicas de um pólo econômico. Juiz de Fora começou a atrair grandes interesses econômicos e financeiros, tornando-se palco de grandes negócios, de intensa circulação de

¹² OLIVEIRA, F. Op. cit., TAVARES, M. da C. Op. cit., MENDONÇA, S. R. de. Op. cit.

¹³ Cf. FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. Sistemas agrários em paraíba do sul 1850 1920: um estudo de relações não capitalista de produção. Rio de janeiro: Ufrj 1983.

¹⁴ PIRES A. Op. cit., p. 39. Existem vários estudos e trabalhos que abordam o movimento de ocupação da Mata mineira ligada à área de passagem do caminho novo ainda no século XVIII e 1^a metade do XIX, entendemos, entretanto, que tais análises não ‘cabem’ nos objetivos propostos neste artigo. Para tal assunto cf. OLIVEIRA, M. R. **Negócios de Famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870.** Tese de doutoramento, UFF, 1999.

¹⁵ Mariano Procópio obteve a concessão de construir a estrada que ligava a província de Minas à cidade de Petrópolis em 1852, iniciando os trabalhos em 1856 e tendo concluído a obra em 1861. Em 1868, 92,2% do café de Minas era transportado pela Cia. União e Indústria. GIROTTI, D. **Industrialização de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: EDUFJF, Juiz de Fora, p. 40.

¹⁶ PIRES. A. Op. cit. p. 47.

mercadorias, centro atrativo para novos investimentos urbanos e para contingentes populacionais diversos. Segundo Giroletti, em 1870, a cidade possuía 190 estabelecimentos comerciais e industriais.¹⁷ Então (...) podemos concluir que o desenvolvimento da cafeicultura (...) vai reorganizar a economia mineira e aumentar a receita pública e vai possibilitar o povoamento da Zona da Mata.¹⁸ Além disso, o café promoveu acumulação de capital na cidade demonstrada pela criação de diversas empresas industriais, de serviços, comércio, e de outras naturezas.¹⁹

Juiz de Fora, de 1855 a 1890, apresentou crescimento demográfico total de 167,42%. Em 1890, a cidade contar com 15.000 habitantes urbanos em um total de 74.136. Essa população em constante crescimento demográfico, somado aos habitantes da Mata, de outras regiões do estado e, em potencial, do Rio de Janeiro e São Paulo é o mercado com o qual a indústria da cidade contava.²⁰

As interpretações

Feita de forma resumida a apresentação histórica da cidade, discutiremos então as principais visões sobre industrialização da cidade, que será buscada nos trabalhos de João Heraldo Lima, Domingos Giroletti, Luiz Antônio Valle Arantes, Newton Barbosa de Castro e Anderson Pires.

Ao que se refere ao trabalho de H. Lima **Café e Indústria em Minas Gerais 1870 – 1920**, devemos dizer que é uma investigação que procura algum vínculo entre a economia cafeeira e o desenvolvimento industrial de Minas Gerais e não especificamente de Juiz de Fora, porém, implicitamente, Lima nos deu a entender que desejava provar exatamente ao contrário, ou seja, provar que o desenvolvimento industrial de Minas não teve ligações com o setor cafeeiro. O trabalho citado utiliza-se exclusivamente de fontes secundárias e dados oficiais,²¹ fator que pode, a nosso ver, comprometer de certa maneira as conclusões tiradas ao final da pesquisa. Esse comprometimento deve ser identificado quando às fontes secundárias que usou, tratavam-se de trabalhos antigos baseados quase que exclusivamente em dados oficiais. Assim, a nosso ver, uma investigação histórica feita utilizando somente como fontes primárias os dados e discursos oficiais, corre o risco de estar repetindo a auto-imagem da classe dominante do período histórico que se investiga, que por sua vez podem ter comprometido as informações da fonte, imputando nos documentos, dados e discursos de interesses de uma fração da classe dominante.

¹⁷ GIROLETTI. D. Op. cit. pp. 46-47.

¹⁸ Idem, p. 51.

¹⁹ Cf. PIRES A. Op. cit. p. 61. Assim, com a expansão da fronteira agrícola, provocando, em sua medida, demanda e gerando renda interna, verificado o movimento de expansão do sistema de transporte, que colocou Juiz de Fora numa posição central frente às áreas produtoras de café da Mata, estavam lançadas as bases para a diversificação urbano-industrial que a cidade conheceria já no final do século XIX.

²⁰ Idem, p. 63.

²¹ LIMA, J. H. **Café e indústria em Minas Gerais 1870 – 1920**. Petrópolis: Vozes, 1977. Por dados oficiais, estamos entendendo relatórios de presidente de província, secretários de finanças e congêneres.

Lima, no que diz respeito às teorias anteriormente citadas, não deixa transparecer qualquer filiação mais estreita. O autor utiliza largamente da teoria de W. Cano, do *complexo agroexportador*. Entretanto, ao que parece, esse autor não enxergou vínculo direto entre a agroexportação e o desenvolvimento industrial de Minas Gerais, inclusive da zona da Mata Mineira, sendo esta a maior região produtora de café de Minas e, tendo Juiz de Fora como centro de convergência urbano.²²

Lima afirma que o problema econômico da Mata Mineira encontra-se nas bases da acumulação de capital do setor cafeeiro, e caracteriza a região, como de (...) *fraco dinamismo, precárias bases de acumulação e incipiente desenvolvimento capitalista*.²³ Esse fraco potencial de acumulação de capital, é explicado em função da má qualidade da terra, limites nas áreas de expansão e baixa produtividade local, que entre outros motivos foram responsáveis pela incapacidade da região de formar as condições sociais capitalistas.²⁴

Ao contrário de Giroletti,²⁵ Lima não vê na atividade agrícola um fator indutor ao consumo interno da produção do parque industrial de Juiz de Fora, destacando que o mercado consumidor indutor da produção industrial da Mata foi o do Rio de Janeiro:

Perguntamos: o que se deve a presença, na Mata, dessa significativa produção de (...) industrializados? (...) Desde logo devemos mencionar o fato de que a economia da zona da Mata achava-se estreitamente vinculada ao Rio de Janeiro. Na qualidade de maior centro urbano do país, o Distrito Federal era o destino natural de grande parte da produção [industrial] da Mata (...) Dessa forma, acreditamos que a exportação era a causa básica da presença dessa grande produção [industrial].²⁶

Devemos admitir a presença do mercado externo para a produção industrial de Juiz de Fora já no início do XX,²⁷ entretanto, não reconhecer que o mercado constituído nesta cidade tenha sido o motor inicial para sua atividade industrial, não parece lógico, pois, o Rio de Janeiro, possuía o maior parque industrial do país até a década de 1920,²⁸ sendo assim, não seria um mercado totalmente suscetível à produção de Juiz de Fora, a ponto de determinar a presença do que Lima chama de *surto* industrial aqui ocorrido. Portanto, o autor exagera em sua análise tentando explicar a presença real de um considerável parque industrial, sem considerar os *efeitos de encadeamento*²⁹ gerados na economia local pela agroexportação.

²² Idem., p. 101.

²³ Idem., p. 55

²⁴ Idem., p. 19.

²⁵ GIROLETTI, D. Op. cit. cap. I, enxerga na ampliação do sistema de mercado externo, filiado à teoria de Paul Singer, o dinamismo do mercado interno. Ver adiante.

²⁶ LIMA, J. H. Op. cit., p. 77.

²⁷ Cf. PIRES, A. Op. cit. e GIROLETTI, D. Op. cit.

²⁸ Cf. FURTADO, C. Op. cit.

²⁹ Cabe aqui uma definição do que entendemos por efeitos de encadeamento: (...) os *efeitos em cadeia explicam uma porção considerável da história do desenvolvimento* (...) a memória do desenvolvimento é essencialmente o registro de como uma coisa leva à outra e os *efeitos em cadeia* estão referidos de modo central a tal registro. O conceito de *efeitos em cadeia* determina um ponto de vista especial, isto é, o de certas características inerentes às atividades produtivas já em progresso a partir de um certo momento, por causa dessas características, impulsionam, (...) alguns operadores a enveredarem por novas atividades. Sempre que tal acontece, estamos em presença de um efeito em cadeia que parte da atividade em andamento para a nova atividade. Todos os *efeitos em cadeia* (...) cabem dentro desta definição. HIRSCHMANN, A. O. **Desenvolvimentos por efeitos em cadeia:**

Em suma, para Lima, a indústria de Minas Gerais teria características de baixo capital investido, seria de pequeno e médio porte, apresentando baixa produtividade e sem vínculo explicativo com a cafeicultura desenvolvida na Mata Mineira.³⁰

Giroletti em **Industrialização de Juiz Fora 1850/1930**, além de vincular expansão cafeeira à indústria, avança ao enxergar na construção da Rodovia União e Indústria, um *movimento revolucionário* para a economia mineira – indústria, comércio e lavoura – ou seja, para o desenvolvimento econômico (tomado assim num sentido amplo) da cidade, região e província.

Apesar de não conseguimos perceber qualquer vinculação direta do autor a uma das quatro teorias citadas, Giroletti vê no crescimento do *sistema de mercado externo* um estímulo ao *sistema de mercado interno*,³¹ isto se daria pela geração de renda com as exportações que ampliaria a demanda interna por produtos de ‘subsistência’. O autor usando do conceito ampliado de subsistência – incluindo uma gama de produtos que chamamos de bens de consumo leves – diz que tais produtos passariam a ser processados internamente, estimulando a movimentação do mercado interno. Assim, em Girolletti, percebemos implicitamente a concordância parcial com a teoria da *expansão das exportações induzindo a industrialização*, quando inclui a produção industrial (bens de consumo) junto ao conceito de *sistema de subsistência*, que sofrendo os reflexos da expansão da atividade voltada para o mercado externo, passa a sentir estímulo com o aumento da demanda, o que proporciona a criação de unidades industriais. A. Hirschman chamou tal situação de *efeitos de encadeamento de consumo*. Entretanto Giroletti não deixa pistas que nos permita ligar sua interpretação com a questão do movimento de linearidade entre o aumento das exportações e o aumento nos investimentos no setor industrial. O que Giroletti deixa claro é que os fazendeiros participaram diretamente e de forma significativa, dos investimentos nos setores de infra-estrutura e financeiro.³²

Dois outros fatores que foram imprescindíveis para a industrialização de forma geral, seriam: a abolição, o que para o autor possibilitou em potencial a ampliação do mercado interno de consumo e de mão-de-obra assalariada – mesmo considerando a lenta inserção do liberto no mercado – e a imigração/migração das mais variadas localidades, que de acordo com Giroletti, trouxe mão-de-obra qualificada superior a do liberto:

Dessa forma, os imigrantes constituíram um contingente ideal para ser incorporado ao conjunto da nova ordem (...) quer como operários especializados, quer como consumidores e produtores de gêneros (...) e de manufaturados. Alguns haveriam de se consagrar como condutores do processo de industrialização, ao lado dos fazendeiros [em menor quantidade] e dos comerciantes.³³

uma abordagem generalizada. In SORJ, B.; CARDOSO, F. H. e FONT, M. (org.) *Economia e desenvolvimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Para Juiz de Fora, Cf. Pires, A. Op. cit.

³⁰ LIMA, J. H. Op. cit., p. 102.

³¹ SINGER P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1970., para *sistema de mercado interno* estimulando o *sistema de mercado externo*.

³² GIROLETTI, D. Op. cit., p. 16-18.

³³ Idem, p. 20.

Para Giroletti, as razões da concentração do capital regional em Juiz de Fora, devem ser buscadas inicialmente na construção da rodovia União e Indústria, visto que esta introduziu na economia regional um dinamismo pouco conhecido em outras regiões, transformando Juiz de Fora em entreposto comercial, barateando e agilizando o transporte do café para o Rio de Janeiro. Giroletti afirma que todo o café produzido na Mata Mineira concentrava-se na cidade, promovendo considerável acúmulo de capital. Outro fator que também possibilitou facilidades de transporte e dessa forma acúmulo de capital e, assim, o desenvolvimento industrial da cidade, deve ser buscado na chegada da ferrovia D. Pedro II em Juiz de Fora.³⁴ O autor, reafirmando sua visão diz:

(...) curioso que, já por essa época [do término da construção da rodovia 1861] Bernardo Mascarenhas pretendesse implantar sua indústria em Juiz de Fora, por três razões principais. Tratava-se de “importante cidade onde seria fácil encontrar pessoas habilitadas a exercer muitas profissões, ligadas [sic] ao Rio de Janeiro pela Estrada União e Indústria com seu magnífico sistema de transporte, o que facilitava o escoamento dos produtos, e uma queda d’água existente nas suas vizinhanças era mais do que suficiente para assegurar o funcionamento de uma grande fábrica”.³⁵

Giroletti assim atribui ao desenvolvimento do sistema de transporte, a atividade agro-exportadora, a abolição e a imigração/migração as razões para o crescimento do mercado interno e do desenvolvimento industrial da cidade. Entretanto, diferentemente de São Paulo, Giroletti destaca que a manutenção da escravidão nas fazendas cafeeiras em Juiz de Fora e, mesmo depois com a abolição, a pequena parcela de remuneração monetária aos libertos limitaram o crescimento do mercado consumidor local e, consequentemente o crescimento industrial. Assim, as principais causas do desenvolvimento da indústria local não podem ser procuradas no setor agroexportador. Esta visão, curiosamente em um ponto deve ser atribuída à Cardoso de Mello – ótica do *capitalismo tardio* – quando os dois autores colocam como incompatível a contemporaneidade entre a atividade industrial e a utilização da mão-de-obra escrava – ainda que em outro setor da economia. Por outro lado, Giroletti, indiretamente discorda de Cardoso de Mello quando diz que no caso específico de Juiz de Fora, a condição social para o *susto* industrial não foi processado na atividade agrícola e sim nas atividades urbanas da cidade.³⁶

Porém, não conseguimos concordar com Giroletti quando este autor desvincula o desenvolvimento industrial da cidade das condições sócio-econômicas promovidas pela cafeicultura. Vemos na construção da rodovia, assim como na chegada da ferrovia à cidade, fatores que em conjunto com a produção para a exportação, proporcionaram condições sociais e de infra-estrutura para a industrialização do município. Entretanto, o que é ignorado por Giroletti, é que a cafeicultura da região, por seus efeitos de encadeamento retrospectivos, deu condições para a construção e sustento tanto da rodovia quanto da ferrovia,³⁷ ou seja, sem a atividade agroexportadora, dificilmente teria ocorrido a construção

³⁴ GIROLETTI, Op. cit., pp. 42-43.

³⁵ Idem, p. 46.

³⁶ Idem, cap. III.

³⁷ PIRES, A. Op. cit.

e a manutenção financeira destas empresas de transporte, assim, queremos dizer que o motor do desenvolvimento industrial da cidade está localizado na atividade agroexportadora:

Ora, esta interpretação [a de Giroletti] cai numa flagrante contradição quando percebemos a importância do contexto da economia cafeeira na constituição e operação da União e Indústria, o que, aliás, é reconhecido pelo próprio autor em várias oportunidades. Na verdade, implica numa separação entre as atividades da Companhia e a economia agroexportadora, o que é impossível sustentar diante dos fatos.³⁸

Giroletti diz que as primeiras indústrias da cidade foram de iniciativa imigrante, organizados tanto individualmente ou por meio de associações. Estas primeiras unidades, eram de fato pequenas oficinas e manufaturas, com baixa quantidade de capital empregado. Entretanto essa contribuição imigrante não permaneceu apenas na fase inicial, sendo que este grupo social, de acordo com Giroletti, contribuiu para com o setor industrial, reinvertendo capital tanto do setor comercial, quanto do próprio setor industrial.³⁹

Outro segmento social que para Giroletti contribuiu significativamente para o *surgimento* industrial da cidade foi o dos empresários de origem nacional sem ligação direta com a cafeicultura. O capital desse grupo originou-se de serviços prestados como profissionais liberais, comerciantes e em diminuta proporção, no próprio setor secundário.⁴⁰

O autor em questão coloca como limites para o crescimento da indústria local, alguns fatores: o escoamento dos recursos financeiros para a praça do Rio de Janeiro – por meio da comercialização do café,⁴¹ a dependência de Juiz de Fora por produtos importados, que eram negociados naquela cidade, sendo que este último, para Giroletti, o mais prejudicial à indústria da cidade. Em segundo lugar – a partir de 1930 – a reorganização da política econômica, que tinha por fim, de acordo com o autor, fortalecer a produção do café em São Paulo, o que teria prejudicado a produção agroexportadora da Mata Mineira, dificultando a entrada de capital na região, inviabilizando investimentos no setor secundário e, ainda, também por uma questão de política econômica estadual, Juiz de Fora ficou a parte do plano de reorganização econômica do estado de Minas Gerais, que orientou sua política industrializante para a região central do estado – a Zona Metalúrgica.⁴² Por fim, o mercado de capitais do Rio de Janeiro, representava um importante fator limitador do crescimento industrial local, tendo em vista que, na visão de Giroletti, o agente capitalista e os negociantes da cidade viam naquela praça maiores chances de atingirem altos lucros, o que os levava a aplicar a maior parte de seu capital financeiro no mercado do Rio de Janeiro.⁴³

No entanto, no que diz respeito a essas colocações de Giroletti, podemos afirmar:

(...) a participação do capital agrário no processo de diversificação urbano-industrial ocorrido na época, avaliado desta feita pela presença de ações e outros títulos nos inventários de fazendeiros da região, nos permitiu verificar que esse capital atingiu aqueles setores mais próximos da modernização capitalista que então se processava, um resultado

³⁸ PIRES, Op. cit., p. 59.

³⁹ GIROLETTI, D. Op. cit., p. 113 e 114.

⁴⁰ Idem, p. 114.

⁴¹ Ver também LIMA, J. H. Op. cit.

⁴² Cf. DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

⁴³ GIROLETTI, D. Op. cit., p. 118.

natural de seu próprio processo de acumulação e valorização. Além disso, esta participação ocorreria predominantemente com empresas e companhias sediadas no próprio município de Juiz de Fora (...) A presença do capital agrário local pode ser percebida em empreendimentos como estradas de ferro, bancos, energia elétrica, transportes urbanos, indústrias, etc.⁴⁴

Arantes, em **Origens da burguesia industrial de Juiz de Fora 1858/1912**, justifica de forma geral seu balizamento por ser este o momento, *em que se opera a passagem da sociedade escravista para a sociedade capitalista.*⁴⁵

Arantes tem uma nítida opção teórica de entender o desenvolvimento industrial da cidade e a formação de sua burguesia, de forma a enxergar o desenvolvimento do capitalismo e a acumulação de capital determinados pela ética do trabalho, teorizada por Max Weber.⁴⁶ Portanto, uma opção teórica que não encontra ligações com as teorias apresentadas acima.

Arantes tenta, de acordo com o exposto no trabalho, *desmitificar* uma visão, que para ele seria positivista, desenvolvida pelo **Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora** que na interpretação do autor, vincula a industrialização da cidade aos cafeicultores e não enxerga a relevante contribuição imigrante alemã para a indústria da cidade.

Este autor, baseado num quadro teórico idealista, onde a ética protestante – aqui chegada pela imigração alemã – permitiu o desenvolvimento do capitalismo na região e portanto sua industrialização, diz que o agente investidor do setor industrial não estaria ligado aos fazendeiros de café e, portanto estes, não teriam ligações, como afirma, *mecânicas* com o processo de industrialização da cidade. Nosso entendimento geral das idéias de Arantes é que ele aponta para explicar o desenvolvimento industrial da cidade, existência de um empresariado empreendedor na figura do imigrante alemão, algo justificado pela ética protestante, onde a cultura desenvolvida pelo grupo protestante fez as possibilidades de acumulação do capital e o desenvolvimento econômico da cidade.⁴⁷

⁴⁴ PIRES, A. Op. cit. p. 10 e 105. Afirmações como a de Pires, ajudam-nos a relativizar colocações como a de Giroletti, que apontam o escoamento de capital da região como o fator que limitou o crescimento industrial da cidade. Este limite de crescimento da indústria local é nítido em comparação com os grandes centros industriais da primeira metade do século XX (R. de Janeiro e S. Paulo) e, mais tarde com a capital do estado de Minas, porém admitimos que são necessários estudos que verifiquem onde estão localizados exatamente os motivos desta limitação. Pires localiza os limites sofridos pela expansão do parque industrial da cidade na falta de poder político local que representasse os interesses econômicos da região frente ao poder central do estado e da união. Cf. ALMICO, R. de C. da S. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870 – 1914.** (dissertação de Mestrado) Campinas: Unicamp, 2001, também nos apresenta dados suficientes para que possamos relativizar o escoamento da riqueza da região para outras praças.

⁴⁵ ARANTES, L. A. V. **As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora 1858/1912.** (dissertação de Mestrado) Niterói: UFF, 1991, p. 9. Todos os grifos no parágrafo são expressões que o autor em questão utilizou e encontram-se na mesma página da referência acima.

⁴⁶ WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Lisboa: Presença, s.d.

⁴⁷ ARANTES, L. A. V. Op. cit., parte I, cap. II *Os fazendeiros do café e a industrialização.*

Porém, devemos lembrar da contribuição do artigo de Castro **A contribuição dos imigrantes alemães a industrialização de Juiz de Fora**⁴⁸ publicado pelo IHGJF. Neste, Castro, demonstra por questões materiais a contribuição do grupo para a industrialização.

Para Castro, a construção da rodovia União e Indústria foi um dos fatores contribuintes para o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, por ter promovido o movimento de imigração dos primeiros grupos de alemães para a cidade. Sendo que estes, tiveram papel importante no desenvolvimento industrial local.⁴⁹ Este autor diz que em função da dissolução da Cia. União e Indústria, os indivíduos ligados a ela, se viram necessariamente obrigados a manter-se por conta própria e muitos deles, por meio de suas economias, *poupanças*, deram início às primeiras manufaturas da cidade,⁵⁰ então para Castro, (...) parece não haver dúvida quanto a contribuição dos imigrantes na constituição de um mercado de trabalho especializado e na instalação dos primeiros estabelecimentos industriais.⁵¹

Assim, podemos dizer que mesmo demonstrando a importância da contribuição germânica para a industrialização da cidade, diferentemente de Arantes, Castro buscou nas necessidades de subsistência desse grupo, que ao desligarem-se da União e Indústria, dedicaram-se a atividades manufatureiras, o que deu origens às primeiras oficinas de Juiz de Fora. Castro então, não busca na ética protestante a explicação para a contribuição germânica para a industrialização de Juiz de Fora.

Arantes, ao contrário de Giroletti, não concorda com as origens do capital e do empresariado industrial disseminadas no conjunto da sociedade e muito menos na formação do entreposto comercial como fator que possibilitou o desenvolvimento industrial da cidade, dizendo que esse fator – inclusive o desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e formação do entreposto comercial – por estar diretamente ligado ao capital cafeeiro, não poderia ter vínculo algum com o desenvolvimento industrial da cidade, sendo que, em sua visão, estes empreendimentos possuíam como função principal, servir o setor agroexportador, promovendo assim acúmulo de capital somente no interior do setor agrícola, o que não permite, na visão de Arantes, ligações *mecânicas* do setor industrial com o agroexportador. Este autor, portanto, não considera que o acúmulo de capital da agroexportação da cidade tenha transbordado, atingindo seu setor industrial.

Da mesma forma, Arantes diz que o sistema financeiro criado na cidade, não contribuiu com a *ampliação e aplicação* do setor industrial de Juiz de Fora, dizendo que seu financiamento esteve exclusivamente vinculado ao setor agroexportador da cidade e região, o que desliga-o também do setor industrial de Juiz de Fora. Dessa forma Arantes fecha

⁴⁸ CASTRO, N. B. *A contribuição dos imigrantes alemães a industrialização de Juiz de Fora*. In. **HISTÓRIA ECONÔMICA DE JUIZ DE FORA: subsídios**. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987, p. 61 a 70.

⁴⁹ Idem, p. 63.

⁵⁰ Cf. também GIROLETTI, D. Op. cit.

⁵¹ CASTRO, N. B. de. Op. cit., p. 66.

indiretamente mais um canal de condução do capital cafeeiro para a indústria local,⁵² levando em consideração que o sistema financeiro da cidade contava em grande parte com o capital acumulado na agroexportação.⁵³

No que se refere a participação do sistema financeiro local, criado de forma endógena por associação de capitais da cidade – principalmente agrários – podemos dar a palavra a Pires que diz: (...) *a presença dos bancos locais nas operações dessas companhias, é evidentemente em todos os casos (...).*⁵⁴ Arantes, diz que o capital aplicado no setor industrial partiu predominantemente do próprio setor secundário e em menor proporção do setor comercial. Para Arantes, *as primeiras indústrias instaladas estão muito mais ligadas à tradição da indústria mineira do interior do que ao capital cafeeiro (...).*⁵⁵

Pires em Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930, trabalhando com embasamento teórico nos *efeitos de encadeamento* gerados na cafeicultura, concluiu que o crescimento econômico da região esteve diretamente ligado ao setor agroexportador, dentro do que conceituou como *Complexo agroexportador periférico*.⁵⁶

O conceito de complexo agroexportador periférico, é usado por Pires para definir as formas de crescimento e desenvolvimento dos vários setores da economia (industrial, comercial e financeiro) da região da zona da Mata Mineira, área que possuiu como atividade econômica principal a agroexportação do café e tendo a cidade de Juiz de Fora como o pólo de desenvolvimento das atividades urbanas que demanda a região agroexportadora. Essa atividade (agroexportadora) dentro desse complexo, dá início ao desenvolvimento de outras atividades econômicas de produção – como a industrial, voltada para o mercado interno – e de setores terciários – como o comércio e as finanças.

(...) estamos considerando aqui a noção de complexo [periférico] a partir da presença de vários setores e atividades econômicas (induzidas e nucleadas pela produção agrária de exportação) e suas articulações reciprocas que acabam por se realizar *no espaço de economias essencialmente regionalizadas* e que a estas relações, que se efetivam no âmbito da “economia real”, correspondem grosso modo os principais fluxos (...)⁵⁷

Nitidamente, Pires não consegue desvincular o processo de industrialização de Juiz de Fora do setor agroexportador, quando esse – como é de conformidade com grande número de trabalhos que analisaram o desenvolvimento do setor industrial no Brasil – gerou as condições socioeconômicas para o desenvolvimento industrial da cidade.⁵⁸

⁵² ARANTES, L. A. V. Op. cit., p. 23.

⁵³ PIRES, A. Op. cit., para a formação do capital bancário de Juiz de Fora.

⁵⁴ PIRES, Op. cit., p. 303.

⁵⁵ ARANTES, Op. cit., p. 24. Boa parte da historiografia regional não consegue desligar o desenvolvimento econômico da cidade da atividade agroexportadora, como o fez Arantes. Pires afirma que (...) *ao refletir o potencial gerado na produção agrária de exportação, a industrialização de Juiz de Fora foi direta ou indiretamente o resultado inevitável dos elos de encadeamento originados na produção cafeeira (...)*PIRES, A. Op. cit., p. 254

⁵⁶ Cf. Idem, cap. II **Efeitos de encadeamento e complexo periférico**

⁵⁷ PIRES, A. Op. cit. p. 13. Grifos do Autor.

⁵⁸ Idem, p. 254.

Pires assiste em Juiz de Fora uma conformidade com a teoria de Cardoso de Mello, o *capitalismo tardio*, quando admite que as condições socioeconômicas para o desenvolvimento industrial da cidade se deram por meio da atividade agrícola, quando o capital acumulado na agroexportação gerou renda e demanda internas, promovendo por efeitos em cadeia, considerável diversificação e urbanização da cidade:

(...) a dinâmica do núcleo agroexportador também tornou possível a transformação das relações sociais que caracterizavam a estrutura de produção desta economia, envolvendo rearranjos que resultaram numa gama relativamente diferenciada de relações sociais de produção tipificadas pela articulação da força de trabalho em níveis variados com o mercado. Mesmo assim, estas novas relações sociais vão permitir que uma parcela relativamente importante da renda gerada das exportações (aquele destinada à reprodução da força de trabalho) se transformasse em recursos monetários disponíveis para o consumo. Dessa forma, os efeitos de encadeamento de consumo, um dos principais vetores da transformação urbano-industrial nas economias aqui em consideração, ganharam uma nova dimensão e puderam desempenhar no seio da economia regional todo o potencial de diversificação e dinamização econômica que pode produzir (...)⁵⁹

Quanto a teoria da *industrialização liderada pela expansão das exportações*, podemos perceber que Pires, ao afirmar que nos efeitos de encadeamento gerados pela agroexportação encontra-se o fator principal para o desenvolvimento econômico, devemos dizer que o autor, considera que a partir do crescimento da atividade agrícola de exportação, é visto o aumento da demanda por manufaturados, o que estimula o desenvolvimento da produção doméstica e o transbordamento do capital cafeeiro para o setor industrial tanto por via de consumo como de investimento.⁶⁰

A relação que percebemos entre a teoria dos *choques adversos* – considerando a substituição de importações – com a análise que Pires fez para o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, pode ser buscada em uma situação diferenciada dos moldes em que foi desenvolvida por Tavares e Furtado.⁶¹ Pois, Pires, para Juiz de Fora, ao contrário de Tavares e Furtado, encontrou considerável diversificação industrial para o período referente à I Guerra Mundial, relacionado com a substituição de importações.⁶²

De forma geral, para Giroletti o *susto industrial* de Juiz de Fora possui uma cronologia que o permitiu caracterizar as indústrias locais. Para este autor, de 1850 até fins de 1880, as empresas industriais da cidade eram de pequeno porte e de baixa produtividade, sendo que a modificação característica das indústrias de Juiz de Fora deu-se a partir do início do século XX, quando são fundadas novas empresas de médio e grande porte, além de ser assistido o crescimento das unidades já instaladas.⁶³ No entanto em Pires encontramos argumentos suficientes para discordar de Giroletti, onde a idéia central de sua argumentação procura fundamentos na particularidade de cada unidade industrial analisada. Pires conseguiu identificar o surgimento de várias unidades de grande porte ao longo de todo o período de investigação e para ele não há coerência em dizer que as unidades

⁵⁹ PIRES, A. Op. cit., p. 380.

⁶⁰ Idem cap. VI. **Financiamento industrial.**

⁶¹ Ver pág. 2 deste artigo.

⁶² PIRES, A. Op. cit., cap. III, *Juiz de Fora: Efeitos de encadeamento e diversificação urbano-industrial*.

fundadas anteriormente à década de 1880 tenham crescido e se transformado em médias ou grandes empresas. *Esta talvez seja uma das principais críticas feitas a esta cronologia da industrialização de Juiz de Fora, já que pressupõe, mesmo que implicitamente, uma evolução gradual e retilínea que esteve longe de caracterizar o processo de industrialização⁶⁴* da cidade. Na verdade existem pequenas, médias e grandes unidades em ambas as fases apontadas por Giroletti.

Quanto ao crédito destinado à industrialização proferido pelo sistema financeiro local, Pires afirma que, mesmo considerando o limitado capital investido nas primeiras unidades industriais, foi de extrema importância o financiamento de curto prazo ocorrido de forma endógena, por meio do comércio ou por emissão de títulos de débito, para a indústria.⁶⁵

Posto isso, perguntamos: de que forma então podemos enxergar nesse nível de financiamento de curto prazo o capital da agroexportação atingindo o setor industrial?

Pires nos esclarece que este crédito comercial a curto prazo era feito por meio de emissão de notas e títulos por parte dos que necessitavam do crédito e estes, muitas vezes tomavam valor de troca no mercado, onde o portador tinha o direito de trocá-los com seu emissor. Assim, como o comerciante praticava o negócio a partir do sistema de prazo, este também necessitava de crédito para cumprir suas obrigações e muitas vezes repassava as notas de créditos que possuía para outros setores, além disso, o comerciante necessitava também de capital financeiro em espécie, o que era muitas vezes conseguido, frente ao acúmulo de capital feito no setor da agroexportação. Tomando em conta estas colocações (troca de notas e a utilização destas como ‘moeda’), devemos lembrar que a renda interna era promovida pela atividade agroexportadora e, dessa maneira, o agente que detinha o capital financeiro na região era o fazendeiro, sendo assim, este pelo sistema de troca com o portador do título de dívida, por moeda corrente,⁶⁶ capitalizava o setor comercial, que tinha condições para financiar produtos para outros setores, como o industrial.⁶⁷

Já a partir de um sistema financeiro institucionalizado com a fundação dos bancos na cidade, muitas dessas transações de trocas de títulos de débitos, notas promissórias etc., passaram a ser feitos no sistema bancário da região, que por sua vez, tinha como principais acionistas os cafeicultores da região. Assim, *parcela mais importante dos fluxos de recursos para estas unidades industriais se encontrava (...) sob a forma de crédito de curto prazo, o que vem ao encontro da participação das unidades e da própria cidade nas redes de crédito que explicitamos acima.*⁶⁸

Outro mecanismo de financiamento que Pires apresentou como fundamental para o desenvolvimento industrial da cidade foi o de longo prazo, que pode ser apresentado como

⁶³ GIROLETTI, D. Op. cit. p. 73.

⁶⁴ PIRES, A. Op. cit. p. 256.

⁶⁵ Idem, p. 256.

⁶⁶ Obviamente levando suas vantagens capitalistas.

⁶⁷ PIRES, A. Op. cit., cap. IV, *O financiamento industrial*.

⁶⁸ Idem, p. 265.

uma forma direta de financiamento e investimento do setor agroexportador no industrial. Esses financiamentos eram feitos por meio de emissão de títulos pagáveis a longo prazo, como ações de companhias industriais, títulos de débitos e de renda fixa.⁶⁹

Fazendo um trabalho de investigação dos acionistas das unidades industriais de capital aberto, Pires conseguiu identificar que também no caso do financiamento a longo prazo, a predominância do capital era de natureza endógena e em grande parte oriunda diretamente do capital cafeeiro de Juiz de Fora.⁷⁰

Para Giroletti, o limite do crescimento e desenvolvimento industrial de Juiz de Fora – pelo menos até a década de 1930 – estava localizado principalmente no escoamento do capital gerado pela cafeicultura para a praça do Rio de Janeiro. O que devemos relativizar nessa idéia, no que se refere ao setor industrial, é a extrema dependência do parque local, do fornecimento de insumos e bens de capital adquiridos no Rio de Janeiro⁷¹.

Pires, mesmo considerando certa dependência do setor industrial para com os grandes centros, diz que talvez haja certo exagero na ênfase que a historiografia⁷² dá a tal dependência da indústria local no que se refere ao fornecimento de insumos e bens de capital.⁷³ Como dito, mesmos considerando certa dependência, Pires afirma que:

(...) se num primeiro momento há transferência de recursos da economia local para aqueles centros, como pagamento de maquinário, insumos etc. (acrescido ou não de Juros), num segundo momento a tendência é de reversão desses fluxos, tanto quanto esses mesmos centros se colocam como espaços de demanda da produção industrial local.⁷⁴

Também deve ser relativizado, de acordo com Pires o escoamento de capital financeiro local para o mercado de capitais dos grandes centros, tal afirmação foi baseada na investigação dos inventários dos representantes da fração das classes economicamente dominantes da cidade, onde a maioria dos agentes que possuíam investimentos de natureza capitalista, as possuíam na própria praça de Juiz de Fora⁷⁵. Além disso, o canal de escoamento, ainda existente, de forma não tão aguda como apontado por Giroletti, foi diminuído ainda mais quando da fundação de um sistema bancário na cidade, que tomou a frente do financiamento das lavouras, do setor secundário, do comércio e ainda passou a organizar o mercado financeiro local.⁷⁶

Assim, para identificar os limites do desenvolvimento não só do setor industrial da cidade mas para a economia como num todo, Pires assiste na ausência de um poder político local que se articulasse com os poderes da união e estadual, em prol dos interesses locais.⁷⁷

⁶⁹ Idem, cap. IV, *Sociedades anônimas: o financiamento de longo prazo*.

⁷⁰PIRES, Op. cit., p. 302. Cf. também ALMICO, R. de C. da S. Op. cit. para verificar o montante participativo dos títulos emitidos pelas companhias na riqueza dos potentados da cidade.

⁷¹ GIROLETTI, D. Op. cit.

⁷² Idem e também LIMA, João H. Op. cit.

⁷³ PIRES, A. Op. cit., p. 272.

⁷⁴ Idem, ibidem

⁷⁵ Ver também ALMICO, Rita de C. da S. Op. cit.

⁷⁶ PIRES, A. Op. cit., cap. IV, *Sociedades anônimas: o financiamento de longo prazo*.

⁷⁷ Idem, p. 105.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Da exposição das principais obras da historiografia local, podemos observar que: João Heraldo Lima concluiu que o desenvolvimento industrial de Juiz de Fora (e de Minas Gerais) não possuiu ligações com a cafeicultura local como ocorreu em São Paulo, por exemplo. O autor diz que a incapacidade de acumulação de capital do setor cafeeiro da Mata Mineira, não possibilitou qualquer diversificação econômica, então concluindo que o considerável parque industrial que a cidade possuiu (para o período em questão), esteve muito mais ligado ao consumo do Rio de Janeiro do que ao mercado local. Porém não podemos deixar de comentar que esse autor, utilizando exclusivamente de dados oficiais e de fontes secundárias, subjugou o potencial de acumulação de capital do setor agrícola de Juiz de Fora, fez o mesmo no que se refere à capacidade de consumo do mercado da região e, assim também subestimou o próprio setor industrial da cidade.

Domingos Giroletti já admite ligações entre os setores agrícola e industrial da zona da Mata e Juiz de Fora, dizendo que o primeiro possibilitou a criação de um entreposto comercial que atraiu grande número fluxo de negócios e pessoas para a cidade, promovendo assim considerável desenvolvimento industrial local. Entretanto, o autor diz que a indústria de Juiz de Fora, deve ser observada como produtora exclusiva de bens de consumo leves, algo que nos pareceu um tanto estranho, quando observamos suas próprias tabelas, onde apresenta certa diversificação do parque industrial local.

Arantes, por sua vez, ‘desliga’ o desenvolvimento da indústria local com a cafeicultura, dizendo que o setor industrial da cidade desenvolveu-se em função da presença de agentes históricos empreendedores na figura dos alemães que para Juiz de Fora vieram em principalmente em função da construção da rodovia União e Indústria.

Anderson Pires, a partir de grande quantidade de fontes, diz que é impossível desligar o desenvolvimento industrial local do setor agroexportador da zona da Mata Mineira, assim, para Pires, foi justamente no setor agrícola que se deram as condições socioeconômicas para a *diversificação urbano-industrial* de Juiz de Fora. O autor diz que o parque industrial da cidade possuiu sim um caráter consideravelmente diversificado onde encontrou, além de uma gama de produtos variados, a produção industrial em ramos como a metalmecânica, produzindo bens de capital leves, tanto para o setor agrícola quanto para os setores urbanos.

A partir da análise da industrialização de Juiz de Fora e de seu cotejamento com as principais teorias sobre a industrialização do período, como visto em Suzigan, podemos comentar – no sentido de ampliar as discussões teóricas sobre industrialização – que pelas especificidades da História Regional os autores que tiveram como objeto de estudo o processo de industrialização desta cidade, apresentaram particularidades teóricas que em momentos filiavam-se às teorias apresentadas acima de variadas formas, hora utilizando-as como apoio para suas afirmações, hora fazendo comparações que colocavam Juiz de Fora

como caso particularizado e às vezes estas teorias eram pelos autores negadas ou ignoradas, fatores estes, que os levaram a utilizar visões teóricas variadas, na tentativa de atingiram seus objetivos.

Bibliografia básica

- ALMICO, R. de C. da S. Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870 – 1914.** (dissertação de Mestrado) Campinas: Unicamp, 2001.
- ARANTES, L. A. V. As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora 1858/1912.** (dissertação de Mestrado) Niterói: UFF, 1991.
- CASTRO, N. B. A contribuição dos imigrantes alemães a industrialização de Juiz de Fora.** In. *História econômica de Juiz de Fora: subsídios*. Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987.
- DEAN, W. A industrialização de São Paulo.** 2. ed., São Paulo: Difel, 1976.
- DULCI, O. S. Política e recuperação econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil.** 27. ed., São Paulo: Cia. Ed., Nacional; Publifolha, 2000
- GIROLETTI, D. Industrialização de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: EDUFJF, Juiz de Fora.
- HIRSCHMANN, A. O. Desenvolvimentos por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada.** In SORJ, B.; CARDOSO, F. H. e FONT, M. (org.) *Economia e desenvolvimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LIBBY, Douglas Cole. Transformação do trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, J. H. Café e indústria em Minas Gerais 1870 – 1920.** Petrópolis: Vozes, 1977.
- MELLO, J. M. C. de. O capitalismo tardio.** 8. ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MENDOÇA, S. R. de. Estado e economia: opções de desenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985
- NICOL, R. A agricultura e a industrialização no Brasil (1850/1930).** (Tese de Doutoramento), São Paulo: Dep. CSFFL, USP, 1974.
- OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: critica à razão dualista.** 6. ed., Petrópolis: Vozes, 1988.
- PIRES, A. Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1930.** (Tese de Doutoramento), São Paulo: USP, 2004.
- SARAIVA, L. F. Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870/1900.** (Dissertação de Mestrado). Niterói: UFF 2001.
- SINGER P. Dinâmica populacional e desenvolvimento.** São Paulo: CEBRAP, 1970.
- SUZIGAN, W. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** Nova ed., São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.
- TAVARES, M. da C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** 3. ed., Campinas: Unicamp IE, 1998.
- VERSIANI, M. T. R. Proteção tarifária e o crescimento industrial brasileiro dos anos 1906 – 1912.** (Texto para Discussão), Brasília: Dep. de economia UNB, 1981.
- VILLELA, A. V. & SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889 – 1945.** 2. ed., Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Lisboa: Presença, s.d.